

Reforma do Estado e transformação das elites políticas e econômicas de São Paulo

Moacir de Freitas Junior¹

Resumo: o presente artigo estuda as transformações sofridas pelas elites políticas e econômicas paulistas durante o processo de reforma do Estado brasileiro ocorrido no período de 1994 a 2005. Busca-se entender a transformação sofrida pelo Estado Brasileiro desde 1980 até os dias atuais, a qual resultou na substituição do modelo desenvolvimentista para o liberal-gerencial; o comportamento das elites políticas no período e quais as razões que levaram às substituições ocorridas entre estas a partir de 1990, com a ascensão de um novo grupo político. Ainda, no que tange às elites econômicas, como a crise econômica dos anos 80 e a diminuição do peso do setor industrial na economia nacional, em especial a parcela paulista do PIB, alterou a composição das elites econômicas, sendo os empresários ligados ao setor industrial substituídos por outros alinhados aos novos setores da economia que emergiram dos processos de reforma do Estado, entre os quais os de serviços, surgidos das privatizações e o financeiro.

Palavras chave: Reforma do Estado; elites econômicas e políticas; transformações.

1. Introdução

O presente trabalho busca investigar as formas pelas quais se deu a atuação e a transformação das elites políticas e econômicas do estado de São Paulo no período compreendido entre 1994 e 2005.

¹ Sociólogo e advogado, é aluno do Programa de Pós Graduação em Sociologia (Mestrado) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Araraquara/SP – Brasil – e-mail: moacirfreitasjr@yahoo.com.br

Para tanto, remetemo-nos ao contexto anterior, para o qual estabelecemos a seguinte cronologia:

- 1-o período compreendido entre a primeira eleição direta dos governadores de estado (1982), desde o Golpe militar e a promulgação da Constituição de 1988. Esse processo é marcado pela ascensão de uma nova elite ao poder, capitaneada pelos governadores opositoristas recém eleitos, duplamente fortalecidos. De uma parte, contavam com a legitimação de milhões de votos obtidos em eleição direta, em contraste com o chefe do Executivo Federal, indicado indiretamente pelo Congresso. De outra, anunciavam a emergência de uma nova ordem em confronto com o regime militar em processo de desagregação.
- 2-O período iniciado com a eleição de Fernando Collor de Mello, que a partir de 1990 inicia, ainda que sem direcionamentos consistentes, as reformas do Estado que buscaram a implantação do modelo de talhe liberal e deflagraram diversas transformações na estrutura da Administração.

Neste processo, as elites políticas e econômicas paulistas tiveram papel importante e, ao mesmo tempo, transformaram sua própria estrutura interna através da emergência de novos tipos e grupos de líderes políticos e de novos e mais dinâmicos setores econômicos.

Num primeiro momento, os grupos dirigentes paulistas defenderam a manutenção do Estado desenvolvimentista. Contudo, diante da crise deste modelo e da ausência de soluções visíveis para a crise econômica e administrativa pela qual passava o Estado no período, acabaram por acatar e defender a adoção do modelo liberal, aceitando a participação de novos atores em seu meio, em especial os dirigentes da Administração Pública que chegavam ao poder e os grupos econômicos beneficiados pela reforma da estrutura do Estado propriamente dita, tais como os dirigentes das empresas privatizadas.

2. Formação das novas elites paulistas e as propostas de reforma do Estado

As elites estaduais paulistas foram atores importantes e, ao mesmo tempo, sofreram mudanças no recente processo de reforma do Estado. Os novos setores desta elite iniciaram

sua ascensão ao poder no período entre 1982-1988, época apontada como de redemocratização do Estado brasileiro e, concomitantemente, de crise do modelo desenvolvimentista. Nesta fase da história política brasileira os governadores dos estados-membros ganharam imenso poder, em especial com a Constituição de 1988, que concedeu a estes grande autonomia administrativa e de recursos.

Abrucio (1998, pp. 172-185) explica este poder dos governadores como derivado dos seguintes fatores:

1) Apesar dos deputados serem federais, estes dependem, para sua eleição, de um bom desempenho *local* nos Municípios em que possui bases eleitorais – que em geral são localizados regionalmente, como se fossem distritos – o que significa a obtenção de recursos para obras e melhorias nos serviços públicos para a região. Como a União não dispunha de mecanismos aptos a atender este tipo de demanda na escala em que esta se dava, era aos governadores, detentores do controle da máquina do Estado, a quem os deputados recorriam. Também devem ser considerados como importantes fatores as eleições e a dependência dos candidatos em relação aos governadores, seja devido ao controle das bases locais, seja pelos recursos a serem utilizados nas campanhas. Assim, o poder dos governadores agia sobre os deputados em dois momentos: antes da eleição e depois da eleição;

2) As eleições para deputados federais eram casadas com as de governador, aumentando o peso destes nas campanhas e formando um pacto de lealdade entre ambos (o governador ajudava na campanha do deputado que, se eleito, comporia a base do governador no Congresso);

3) Em não havendo regras claras de conduta partidária, bem como a falta de fidelidade, a pessoa do candidato passou a importar mais do que a posição do partido, facilitando o trabalho dos governadores, que acabam por cooptar toda a bancada do Estado, independente do partido, para defender seus interesses;

4) A fragilidade da Presidência da República em relação à sua própria Administração, tanto no aspecto fiscal, com pouquíssimos recursos disponíveis, quanto no aspecto do controle do funcionalismo, uma vez que não havia uma centralização das nomeações para os cargos em comissão, em sua maioria indicados pelos governadores, cujo

resultado eram as estruturas públicas trabalhando quase que por conta própria, sem seguir, necessariamente, as orientações do governo central. Tal fato ocorria porque a Presidência necessitava compor sua base de apoio no Congresso, e para tanto só podia contar com os governadores, que em troca exigiam os postos e acabavam, na prática, controlando-os. Soma-se a isso o fato de que, a partir de 1988, houve um maior equilíbrio entre os Poderes, ampliando em muito os poderes do Congresso Nacional e do Judiciário.

Este poder deriva de uma série de elementos, entre os quais se destacam, por um lado, a fragilidade da Presidência da República, que não havia sido eleita pelo voto e padecia de legitimidade popular, ao contrário dos governadores que, além do controle sobre a administração, exerciam o domínio sobre as bancadas de deputados federais e, com menor intensidade, de senadores no Congresso Nacional.

Esta gama de fatores fortaleceu em muito os governadores, em especial durante o período de 1982 a 1988, quando consagram, na Constituição, seu poder. Conforme Abrucio:

Das eleições de 1982, passando pelo processo de transição, até chegar ao fim dos trabalhos constituintes, os governadores exercem o que pode ser chamado de fase positiva de atuação, sem querer dar a essa periodização caráter valorativo, mas sim qualificando-a como positiva exatamente porque os governadores conseguiram acomodar seus interesses em torno da nova ordem política e federativa, corporificada na Constituição de 1988, e a qual denominei de “federalismo estadualista” (ABRUCIO, 1998, p. 169)

Entretanto, a partir de 1990, inicia-se no Brasil a implantação de um outro modelo de Estado, que podemos designar por neoliberal. Tal mudança buscou reformar o Estado brasileiro, tanto no aspecto financeiro quanto no administrativo.

Do ponto de vista financeiro, a idéia era reduzir a intervenção e a participação estatal na sociedade o mínimo possível, deixando-a somente para as questões que necessitassem da força exclusivamente estatal, cabendo à iniciativa privada as demais tarefas, não só as típicas do mercado como também as que poderiam ser desenvolvidas por

particulares sob a supervisão e o financiamento do Estado.

Do ponto de vista administrativo, tratou a reforma de implantar o modelo gerencial, prevendo a primazia na prestação dos serviços públicos e estabelecendo metas de resultados e de eficiência.

Este processo deu-se no Brasil sob o influxo de uma série de fatores. Concorreram para tanto o avanço da assim chamada globalização, que ganhou grande impulso nos anos 90, e a crise geral dos Estados correlata a tal avanço, bem como do modelo estatal desenvolvimentista brasileiro e o colapso do regime militar, que se manifestavam desde os anos 1980.

Esses processos, simultâneos, mas não idênticos, sobrepuseram-se de tal modo que a “crise do regime confundiu-se, em larga medida, com a [crise] do Estado”. (VECCHIO, 2006, p. 67) De todo modo, foi em decorrência da necessidade de superação dessas crises que a redefinição do Estado brasileiro e de seu aparelho administrativo se constituíram em pautas políticas fundamentais.

Este novo modelo tinha por objetivo a constituição de uma estrutura estatal mais leve e ágil, capaz de prover as necessidades sociais sem atuar diretamente como agente econômico.

Para tanto, era necessário, para começar, “diminuir o tamanho” do Estado — que, em conseqüência da “velha” política desenvolvimentista “varguista”, tinha se expandido para muito além de suas funções precípua —, concentrando-o em ações públicas essenciais, deixando para o mercado o controle da economia e para a sociedade a organização e a gestão de setores que, não obstante não sejam privados, podem ser administrados por particulares, cabendo ao Estado o financiamento das atividades e a fiscalização dos resultados. O suposto adotado é o de que tais alterações reduziriam os gastos públicos e aumentariam a eficiência da prestação dos serviços.

Nessas condições, o *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado* prescreve:

A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e

serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento. [...] Para realizar esta função esses [...] objetivos, [de desenvolvimento econômico e estabilidade] o Estado tendeu a assumir funções diretas de execução. As distorções e ineficiências que daí resultaram, deixaram claro, entretanto, que reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado [...] [bem como] a descentralização para o setor público não estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica. (MINISTÉRIO DE ADMINISTRAÇÃO E REFORMA DO ESTADO, 1995, p. 14)

Tal redução das funções e das dimensões do Estado deu-se centralmente pela privatização das empresas estatais existentes e pela descentralização de parte dos serviços públicos para as *organizações sociais*, que são *entidades públicas não estatais*, com regime jurídico de direito privado, criadas para administrar os serviços públicos que não devem ser estatais, pois não necessitam do poder-de-Estado, mas que também não são privados, na medida em que recebem recursos públicos. (PEREIRA, 1998, p. 25)

No que tange à administração em si, esse modelo propôs a superação do padrão “burocrático”, baseado em corpo de funcionários profissional e na burocracia, por um outro modelo, cujo princípio básico é o do desenvolvimento de metas administrativas a serem atingidas e na cobrança de resultados e de eficiência dos servidores.

3. Reforma do Estado e transformações nas elites econômicas e políticas

A reforma do Estado e de seu aparelho trouxe assim importantes alterações nas relações sociais.

Do ponto de vista político, a década de 90 será marcada pela ascensão ao poder de um novo grupo político, cuja proposta central era a reforma do Estado brasileiro visando adequá-lo às novas diretrizes econômicas mundiais, único modo, no entender de tal grupo,

para superar a crise do modelo até então construído, capitaneados pelo recém formado Partido da Social Democracia Brasileiro, o PSDB.

Desde a Constituição de 1988, os dirigentes políticos que fundariam o PSDB pouco antes da promulgação da Carta já propunham, ainda que de forma precariamente articulada, a adoção de modelo assemelhado ao acima descrito. Não encontrando eco para suas propostas naquele momento, optaram por fundar a nova agremiação, cujos líderes, entre os quais destacamos Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Mário Covas, eram paulistas que ocupavam postos importantes nas elites da política nacional e de São Paulo, mas não detinham a primazia desta, não eram seus principais membros.

Apenas seis anos após a fundação do novo partido, o PSDB e seus dirigentes ascenderiam ao centro da política nacional e paulista: Fernando Henrique Cardoso tornar-se-ia presidente da República; Mário Covas, Governador de São Paulo e José Serra, senador do mesmo Estado, desalojando as elites políticas que até então detinham estes postos. Os dados eleitorais de São Paulo na década de 1990 dão boa medida destas transformações.

Tomando por base as eleições para Deputados Estaduais e Federais ocorridas nos anos de 1990, 1994, 1998 e 2002, vê-se claramente a ascensão do PSDB e do PFL nas eleições proporcionais estaduais, seguido pelo Partido dos Trabalhadores – PT, que também cresceu no período, mas não nas mesmas proporções, bem como o declínio do PMDB, que até então era a força hegemônica na política paulista².

A tabela abaixo traz os números das eleições para Deputados Estaduais eleitos entre 1990 e 1994.

Tabela 1 – Números de Deputados Estaduais Paulistas Eleitos por partido no período de 1990 a 2002

	PSDB	PMDB	PT	PFL
1990	09	19	14	08

² A escolha dos partidos deu-se pelo critério de maior importância nas eleições nacionais e estaduais do período. Excluímos do PP da presente análise pois a primeira eleição em que aparece no banco de dados consultado é a de 1998, impedindo a comparação entre todo o período assinalado, não obstante a agremiação detenha importante participação, tendo eleito 11 deputados estaduais e 12 federais em 1998 e, em 2002, 07 estaduais e 03 federais.

1994	17	23	16	05
1998	21	08	14	11
2002	18	04	23	06

Fonte: www.infopoliticas.sp.gov.br

7

Conforme se observa, em 1990 o PSDB possuía 09 deputados estaduais e o PFL 08 parlamentares entre os eleitos, enquanto o PMDB possuía 19 e o PT, 14.

Passados quatro anos, com a eleição de FHC, Covas e Serra para os postos de controle da política estadual e nacional em 1994, o PSDB tem crescimento de mais de 50% em seu número de eleitos em relação a 1990, enquanto o PMDB tem aumento médio de 20%, o PT de 15% e o PFL, redução média de 35%.

Na eleição seguinte, o PSDB consolida sua liderança no Estado, elegendo 21 Deputados Estaduais – crescimento médio de 25%, seguido do PFL, que aumenta em mais 110% seu número de parlamentares em relação a 1994, enquanto o PMDB sofre queda de 60%, o mesmo ocorrendo com o PT, que retornou ao patamar do pleito anterior.

Por fim, nas eleições de 2002 observa-se grande crescimento do PT nas eleições parlamentares estaduais, sem que esta condição, no entanto, signifique uma nova inversão nas elites políticas estaduais, em vista do resultado da eleição majoritária, a manutenção do PSDB, com leve descenso, diminuição significativa dos eleitos do PFL e redução de 50% na participação do PMDB em relação à 1998.

O mesmo ocorre em relação à eleição para Deputado Federal (tabela 2), onde se verifica a ascensão do PSDB e do PFL aos postos de elite da política estadual, seguidos pelo PT (que em 2002 acaba por ultrapassar o primeiro em número de eleitos) e o declínio do PMDB no mesmo período acima assinalado.

Tabela 2 – Números de Deputados Federais Paulistas Eleitos por partido no período de 1990 a 2002

	PSDB	PMDB	PT	PFL
1990	09	12	10	01

1994	15	14	14	03
1998	15	05	14	08
2002	11	04	18	07

Fonte: www.infopoliticas.sp.gov.br

Tal transformação deu-se, em nosso ver, por uma série de fatores.

Em primeiro lugar, a situação crítica da economia nacional no período abalou a crença na eficácia do modelo nacional-desenvolvimentista. A falta de capacidade de investimentos estatais, cujos recursos, que diminuiriam drasticamente nos anos 80 por conta da estagnação econômica, eram dragados pela imensidão de dívidas, pagamentos de juros e outros gastos desacreditou o discurso e solapou as bases materiais de promoção do desenvolvimento pelo Estado, abrindo caminho para a consolidação das “reformas”.

Em segundo, a partir dos anos 90 o ideário neoliberal correu o mundo com a “globalização”. Desde o fim da URSS e das reformas promovidas por *Tatcher*, na Inglaterra e por *Reagan*, nos EUA, diversos países, em especial os da América Latina e da Ásia, passaram a adotar estas políticas. Ficou famosa a tese sobre o “fim da história” lançada por Fukuyama (1992) em “O fim da história e o último homem”, em que apregoava que o capitalismo teria chegado a seu ápice.

Todo este movimento mundial ajudou a dar ao neoliberalismo uma face “moderna”, “jovem”, um contraponto ao antigo e pesado modelo desenvolvimentista, formado por velhos políticos “corruptos” e “gastadores” e por elites econômicas “atrasadas”, “ineficientes”, ligadas ao antigo modelo de desenvolvimento industrial e, portanto, parte da crise que as novas idéias deveriam superar.

Soma-se a estes o papel da imprensa, que rapidamente disseminou o pensamento neoliberal na sociedade, cujas idéias e ideólogos ocuparam grande espaço, repetindo diuturnamente os “benefícios” da nova era global.

Assim, a confluência destes acontecimentos permitiu a ascensão destas novas elites políticas ao poder, em substituição às até então ocupantes destes postos.

No que tange às elites econômicas, em especial as industriais, os processos de

reforma do Estado também trouxeram grandes alterações em sua estrutura.

O crescimento do empresariado nacional deu-se ao longo do século XX, em grande parte, devido ao impulso estatal ao desenvolvimento deste setor da economia.

Desde 1930, a necessidade de industrializar o Brasil exigiu esforços estatais de incentivo à atividade econômica. Passados 30 anos do século XX e outros muitos da Revolução Industrial que lançara ao mundo as bases do capitalismo e de seu modo de produção, o Brasil ainda se encontrava amarrado à produção e comércio do café, base econômica única da jovem República.

Em vista disto, as políticas voltadas para a economia promoviam o setor industrial, cujos representantes ocupavam os postos de elite econômica e política, situação esta que perdurou nos governos Dutra, JK (onde recebeu outro fortíssimo impulso), Jango e durante a Ditadura Militar, quando grande parte dos investimentos feitos em industrialização deram-se por meio estatal ou com a participação deste, como sócio ou fiador dos lucros.

Desde este período, como aponta Cano (2007), São Paulo já era a maior potência industrial do Brasil. Mesmo antes de 1930, o Estado já concentrava 37,5% de toda a produção brasileira da indústria de transformação, índice que alcançou o ápice de 58,1% na década de 1970 graças ao incentivo à industrialização.

Desde logo, é bom lembrar que São Paulo, mesmo antes de 1930, já era o principal parque industrial do país, e, a partir da Crise de 1929 e das políticas macroeconômicas iniciadas pela Revolução de 1930 – o primeiro governo da Era Vargas –, reforça seu caráter de ser o principal centro dinâmico da economia nacional, liderando o processo de industrialização e integração do mercado nacional. (CANO, 2007, p. 17)

No entanto, desde as décadas de 60 e 70 o capitalismo deslocou-se do setor industrial para o financeiro, fator este que, somado à elevação das taxas de juros nos EUA, provocou uma crise de produção e de investimentos que resultaria, duas décadas depois, em concentração de mercados e numa inversão do desenvolvimento econômico para outros setores da economia, em detrimento da indústria.

Já nos anos 80, a crise econômica brasileira estagnou o desenvolvimento

econômico, momento histórico que ficou conhecido como “década perdida”, diminuindo o poder do Estado de intervir e promover a economia, situação esta agravada pela crise fiscal, afetando o setor industrial brasileiro e suas elites.

Como demonstra Cano (2007),

Contudo, a crise da economia internacional que se inicia por volta de 1973 tomaria rumos inesperados a partir de fins de 1979, decorrentes da mudança da política fiscal dos EUA, notadamente a brutal elevação de sua taxa de juros. Subseqüentemente, restaurariam sua hegemonia e instaurariam, com outras atitudes, o maior poder imperial no sistema capitalista de produção.

O efeito imediato para os países subdesenvolvidos e fortemente endividados, como o Brasil, foi o corte substancial do financiamento externo, desdobrando-se em outros feitos perniciosos: alta inflação, queda do investimento, baixo crescimento, crise crônica de balanço de pagamentos, corte do crédito interno, elevação acentuada das dívidas públicas externa e interna, e aprofundando as crises fiscais e financeiras do estado nacional, debilitando ainda mais o gasto e os investimentos públicos.

Durante a década de 1980 – a chamada década perdida – essa conjunção fez que com que diminuísse a ação do estado no plano nacional e regional e também se debilitasse o investimento privado, notadamente o industrial, atingindo principalmente o núcleo da dinâmica industrial – o parque produtivo de São Paulo – que estagnou, diminuindo os efeitos impulsionadores da desconcentração industrial. (CANO, 2007, p. 18)

Concomitantemente a este processo, o setor industrial, que nesta época era o motor do desenvolvimento, sofreu grande perda de dinamismo nos anos 1990, em particular devido ao deslocamento das políticas públicas de fomento do desenvolvimento para a promoção dos setores fortalecidos com as privatizações, tais como os de serviços e o financeiro, o que impulsionou esta troca de posições nas elites. Neste sentido, SALLUM JR aponta que

A substituição do antigo nacional-desenvolvimentismo por uma estratégia liberal de desenvolvimento redirecionou o Estado em relação a vários setores socioeconômicos. Ressalta-se, a propósito que, desde o lançamento do Plano Real até janeiro de 1999, a estratégia liberalizante privilegiou nitidamente a esfera financeira ante as atividades produtivas e comerciais por meio das políticas de juros altos e câmbio sobrevalorizado. Estas duas políticas funcionaram o tempo todo como bombas de sucção dos recursos do Estado de das atividades produtivas e comerciais para os detentores, locais ou estrangeiros, de capital financeiro. (SALLUM JR., 2003, p. 41)

Ainda, segundo Cano (2007) a participação da indústria paulista no PIB nacional, que era de 56,4% em 1970, caiu para 47,3% em 1980, depois para 44,7% em 1989, chegando a 33,1% em 2002, demonstrando a acentuada queda do setor no período. No mesmo período, o setor terciário paulista, que em 1970 representava 35% do PIB nacional, em 2002 passa a representar 33,3% do total produzido, evidenciando a superação de um setor pelo outro.

A diminuição da participação na economia nacional resultou em alterações nas estruturas de lideranças das elites econômicas paulistas.

Pesquisa realizada por Boschi, Diniz e Santos (2000) demonstram esta transformação. Utilizando-se do *ranking* de lideranças empresariais publicado pelo jornal Gazeta Mercantil, os resultados, em linhas gerais, foram os seguintes: enquanto em 1979, dos onze nomes mais votados no *ranking* da Gazeta oito eram de industriais, em 1989, dos vinte e dois mais votados, somente onze eram industriais (ou seja, em 1970, os industriais ocupavam 70% do *ranking* de lideranças empresariais mais influentes, enquanto que em 1989, 50%). Já em 1995, última eleição feita pelo jornal, dos 32 mais votados apenas 12 eram industriais, sendo que, neste ano, uma outra alteração se faz notar: os empresários paulistas deixaram de ser maioria entre os eleitos.

Ainda, outro estudo citado pelos mesmos autores, realizado pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo que monitorou a aparição de lideranças empresariais na mídia entre os meses de março a agosto de 1990, apontou a predominância de empresários portadores de uma nova visão sobre sua classe e sobre o Brasil, mais alinhada com as

propostas de reforma que estavam em pleno debate no período, especialmente os filiados ao PNBE – Pensamento Nacional das Bases Empresariais, ao IEDI e aos Institutos Liberais.

Estendendo-se a análise dos *rankings* dos líderes empresariais nacionais até sua última edição no ano de 1995, pode-se aprofundar as considerações acerca da composição do grupo mais influente do empresariado, destacando-se uma renovação nos seus quadros, que contrasta com a tendência conversadora da década anterior.

A percepção desta renovação fica muito evidente se observarmos o resultado da última edição do Fórum, quando, pela primeira vez, houve uma total renovação nos 10 nomes mais votados. Muito mais do que a mera renovação, sete dos membros eram gaúchos, desbancando pela primeira vez os empresários paulistas, que sempre foram maioria. (...)

De um total de 32 nomes que constam da relação dos 10 maiores líderes empresariais nas sete edições do período 1989-95, apenas oito (25%) aparecem quatro vezes ou mais. À parte da renovação total da edição de 1995, o surgimento de novos nomes foi um processo contínuo no período, com destaque para o ano de 1990, que apresentou renovação de 50%. Combinado com a aparição de três novos nomes nos anos anterior e posterior, pode-se perceber que o processo de renovação já estava em marcha na virada da década. (BOSCHI, DINIZ e SANTOS, 2000, p. 44/45)

Assim, claro está que os processos de reforma do Estado pelo qual o Brasil passou durante a década de 90 afetaram as elites econômicas nacionais e paulistas, cuja perda da primazia na produção das riquezas nacionais para o setor de serviços e financeiro acabou por determinar a troca, entre as elites econômicas, das antigas lideranças empresariais por outras mais alinhadas às novas elites políticas que subiam ao poder no mesmo período.

4. Conclusão

Do exposto, a conclusão a que chegamos é o que o processo de reforma do Estado brasileiro, iniciado a partir dos anos 1990, alterou profundamente a composição das elites

econômicas e políticas brasileiras e paulistas.

Neste processo de expansão de uns e de constituição de outros, surgiram e se consolidaram as novas elites econômicas e políticas que paulatinamente substituíram e, em parte, converteram as antigas elites ao seu comando.

Atores e beneficiários do movimento de reforma do Estado e de seu aparelho, estes novos atores sociais assumiram o controle do Estado e de suas políticas públicas, substituindo as antigas lideranças associadas ao modelo nacional-desenvolvimentista.

Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira**. São Paulo: Hucitec/USP, 1998.

BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. **Elites Políticas e Econômicas no Brasil Contemporâneo. A desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

CANO, Wilson et al. **Economia Paulista – dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresariado industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difel, 1964.

DEL VECCHIO, Angelo. **Mais uma vez, navegar é preciso**. In CASARO, Rita, org. *São Paulo: realidade e perspectivas. Efeitos do neoliberalismo tucano no estado*. São Paulo: A. Garibaldi, 2006, p. 91-104
DINIZ, Eli. **Crise, reforma do Estado e governabilidade**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. **Empresariado, Estado e capitalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

_____. **Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos Anos 90.** *Dados*, 38(3), 1995.

DINIZ, Eli, org. **Empresários & modernização econômica: Brasil anos 90.** Florianópolis: Ed. Universidade Federal de Santa Catarina, 1993.

FUKUYAMA, F.F. **O fim da história e o último homem.** Trad. Aulyde Soares Rodrigues, Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

MINISTÉRIO DE ADMINISTRAÇÃO E REFORMA DO ESTADO. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Brasília, 1995.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Uma reforma gerencial da administração pública no Brasil.** *Revista do Serviço Público.* Brasília, Escola Nacional de Administração Pública (Enap), ano 49, n.º 1, p. 5-41, jan.-mar. 1998.

_____. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina.** São Paulo: Editora 34, 1996a.

_____. **Da administração pública burocrática à gerencial.** *Revista do Serviço Público.* Brasília, Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 1996, n.º 1, p. 7-40, janabr, 1996b.

SALLUM JR., Brasília. **Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) v. 18, n.º 52, p.1-9, jun. 2003.

SECRETARIA ESTADUAL DE GESTÃO PÚBLICA DE SÃO PAULO. **Informações Políticas sobre o Estado de São Paulo.** Disponível em <www.infopoliticas.sp.gov.br>. Acesso em: 12 de outubro de 2007.